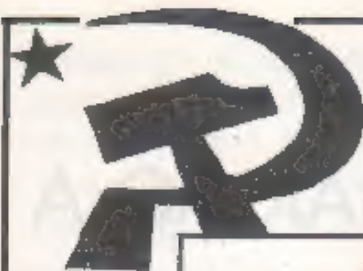




CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES,
UNÍ-VOS!

A CLASSE OPERÁRIA

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Nº 102

NOVEMBRO 1975

XI ANO

a gloriosa
bandeira
de

1
9
3
5



CONTRATO DE RISCO-TRAIÇÃO À PÁTRIA

(MANIFESTO DO COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL)

BRASILEIROS!

PATRIOTAS E DEMOCRATAS!

O governo vende-pátria dos militares acaba de cometer mais um grave crime contra os interesses fundamentais do país. Decidiu entregar o petróleo brasileiro aos grandes consórcios internacionais, sob a forma capciosa dos chamados contratos de risco. A imensa maioria da nação, que se empenhou a fundo na patriótica campanha em defesa dessa fonte de energia e que triunfou nos embates com os trustes e seus agentes, é duramente atingida por esse ato infame do ditador de plantão coroando uma série de medidas há muito postas em prática para solapar o monopólio estatal. As mesmas forças que se opuseram à descoberta do petróleo e mais tarde pleitaram sua alienação ao capital estrangeiro desfecham agora o tiro de misericórdia na PETROBRÁS. Elas se identificam hoje com a ditadura militar.

Jamais, na história da nossa Pátria, houve governantes tão descaradamente entreguistas. Desde que os generais assaltaram o poder, em abril de 1964, as riquezas naturais, que deveriam servir ao progresso do país e ao bem-estar do povo, vêm sendo alienadas uma após outra. O ferro, o manganês, a bauxita, a cassiterita, o nióbio, a apatita, sob controle alienígena, são drenados abundantemente para o exterior a preços insignificantes. No Brasil ficam apenas os buracos, silenciosa denúncia da ação predatória do imperialismo e da política impatriótica de governos espúrios. Ainda ontem, através do acordo nuclear, Geisel permitia o acesso dos monopolistas alemães às nossas reservas de urânio. Agora chegou a vez do petróleo! Do petróleo que é matéria-prima essencial ao desenvolvimento e à defesa de qualquer país, que se não pode ceder sem ferir a soberania e comprometer a independência nacional!

Os comunistas brasileiros, coerentes com a posição que sempre tiveram em prol da salvaguarda do petróleo e das riquezas nacionais, fiéis combatentes da democracia e independência do Brasil, erguem seu mais enérgico protesto face aos contratos de risco e à quebra do monopólio da PETROBRÁS. E dirigem-se às forças democráticas e progressistas, a todos os patriotas, conclamando-os à união e à luta contra os inimigos da nação, que não se pejam de pôr em leilão o patrimônio comum da nacionalidade.

Numa época em que os povos dos países subdesenvolvidos adquirem cons-

ciência de necessidade de nacionalizar suas riquezas e protegê-las da rapinagem colonialista, o governo brasileiro chama poderosos e vorazes trustes internacionais para explorar o petróleo, em detrimento da empresa nacional incumbida dessa exploração altamente lucrativa. Não há subterfúgio capaz de encobrir semelhante perfídia. Os trustes mudaram apenas os rótulos, já não exigem, como no passado, contratos de concessão, depois que essa forma de saqueio se tornou abertamente desmascarada e encontra enérgica resistência em todo o mundo. Atualmente recorrem aos contratos de risco, associando-se às empresas estatais. Mas esses contratos — praticamente sem riscos porque só investem onde têm a certeza de encontrar o que procuram — não passam de camuflagem da velha espoliação imperialista. Geisel tenta confundir a opinião pública ao dizer que tais contratos não afetam o monopólio do petróleo. Mente com o maior cinismo. A PETROBRÁS, que dispunha ela só do direito de prospecção, produção e refino do óleo negro, perderá esse privilégio; às companhias estrangeiras serão concedidas áreas para prospecção e extração do petróleo no território nacional e na plataforma submarina. E o que é pior: como os generais que dirigem a empresa do Estado vivem afirmando falsamente que esta não possui bastante capital nem tecnologia, a exploração petrolífera será feita fundamentalmente e em vasta escala pelos trustes. A PETROBRÁS terá função coadjuvante.

Os pretextos invocados para a entrega são os mais despudorados. O governo alega a crise mundial, os déficits da balança comercial, o aumento dos preços do combustível. Simples manobra de despistamento. Porque com as inversões estrangeiras, na melhor das hipóteses, só se conseguiria extrair o óleo a nível suficiente dentro de uns oito anos. Não seria portanto solução para a crise atual, nem contribuiria a médio prazo ao equilíbrio da balança do comércio exterior. Mesmo que essa pretensão fosse viável, o Brasil ficaria jungido aos trustes, lesado em suas riquezas, afetado em sua soberania. Quanto à elevação dos preços, isto somente poderia ser benéfico ao país, uma vez que ele possui imensas reservas de petróleo. Ao invés de o Estado explorá-las vantajosamente, garantindo o futuro da nação, entrega-os ao imperialismo em troca de investimentos e de co-participação nos resultados da extração. É incorreto arguir a carência de fundos para perfurações. Se até agora novas áreas não foram incorporadas à produção deve-se à sabotagem consciente dos militares que dominaram a PETROBRÁS durante duas décadas, desviando seus recursos para outras actividades, invertendo-os na pesquisa em terras estranhas. O próprio Geisel confessa: 'Não tínhamos excepcional interesse imediato em descobrir todos os nossos recursos em petróleo, nem muito menos em ativar em maior escala sua produção' (discurso de 9 de outubro de 1975). Quando se relaciona essa atitude com a entrega agora consumada, não há que fugir de tachá-la de traição nacional.

BRASILEIROS!

A entrega do petróleo, em grande parte, é consequência da calamitosa situação a que os generais conduziram o país nestes quase doze anos de ditadura. Eles fabricaram o denominado modelo económico, até há pouco apresentado co-

mo o 'milagre brasileiro'. Esse modelo, no entanto, baseado nas inversões de fora e sustentado pelo crescente endividamento externo, provoca tremendas dis-

torções na economia, conduz à feroz exploração dos trabalhadores, ao envilecimento da população, acentua a dependência econômica e política. A instalação de certas empresas estrangeiras, a prioridade ao setor automobilístico e ao transporte rodoviário, com elevado consumo de combustível, geraram a necessidade de vultuosas importações. Para compensá-las, o Brasil que já era exportador de matérias-primas e produtos primários passou a intensificar essa atividade, a trabalhar fundamentalmente em função da exportação, alimentada com pesados incentivos fiscais subtraídos à receita pública. As dívidas atingem a quase 23 bilhões de dólares, o mais alto nível de dívida externa em todo o mundo. Um país endividado desse jeito não pode defender sua soberania nem assegurar sua independência! Seguindo as diretrizes dos generais, o Brasil chegou a uma situação de pré-insolvência. Precisa desesperadamente de créditos e novos investimentos do exterior. Mendiga-os de chapéu na mão, humilhanamente. Credores e investidores aproveitam-se da ocasião para fazer exigências, a última das quais — pode-se dizer em forma de ultimato — foi a entrega do petróleo. Os governantes submetem-se, assim, e cada vez mais, aos ditames da oligarquia financeira internacional, em particular dos Estados Unidos.

Parte inseparável dessa política de traição é a violenta e sistemática repressão ao povo. Os generais precisam do fascismo para esmagar a resistência aos seus desmandos. Quanto mais cedem ao imperialismo, mais se voltam furiosos contra os patriotas e democratas, mais descambam para o terrorismo policial. Antes de anunciar os contratos de risco, desencadearam outra onda repressiva, visando a preparar o terreno. Centenas de brasileiros têm sido presos e torturados. Novos assassinatos de patriotas ocorreram nas masmorras da polícia e nos quartéis de São Paulo, Rio de Janeiro e Ceará. Logo após o discurso de Geisel, o ministro da Justiça baixou portaria recomendando aos governadores dos Estados e Territórios a proibição de qualquer manifestação pública, assembléia, reunião ou comício. Os órgãos de segurança passaram a fazer policiamento ostensivo nas Universidades. A Polícia Federal apreendeu jornais nacionalistas e a censura vetou taxativamente notícias e comentários desfavoráveis aos contratos de risco. Um deputado foi preso horas antes de se dirigir à Assembléia Legislativa onde pretendia proferir discurso de oposição a tais contratos! O jornalista Vladimir Hersog perdeu a vida em mãos dos carrascos do II Exército. E enquanto isto sucede, a máquina de propaganda dos trustes internacionais e da ditadura militar funciona a todo o vapor. Os patriotas são perseguidos, garroteados, encarcerados, assassinados para não erguerem suas vozes contra o crime de lesa-pátria! Os agentes da reação e do imperialismo gosam de todas as regalias!

BRASILEIROS!

Os generais estão afundando o país na mais ruinosa crise que se conhece, traficando com o sangue e o trabalho do povo! Sob sua direção, as multinacio-

nais e um punhado de grandes capitalistas e latifundiários amassam enormes fortunas. Mas a maioria da nação leva uma vida de dificuldades. A fome, as doenças, a pobreza estendem-se nas cidades e sobretudo no campo, os operários são submetidos ao arrocho salarial, a infância vive abandonada, aumenta a criminalidade como decorrência desta situação. Os militares suprimem a liberdade e não permitem a luta pelo que é nosso. Isto não pôde continuar!

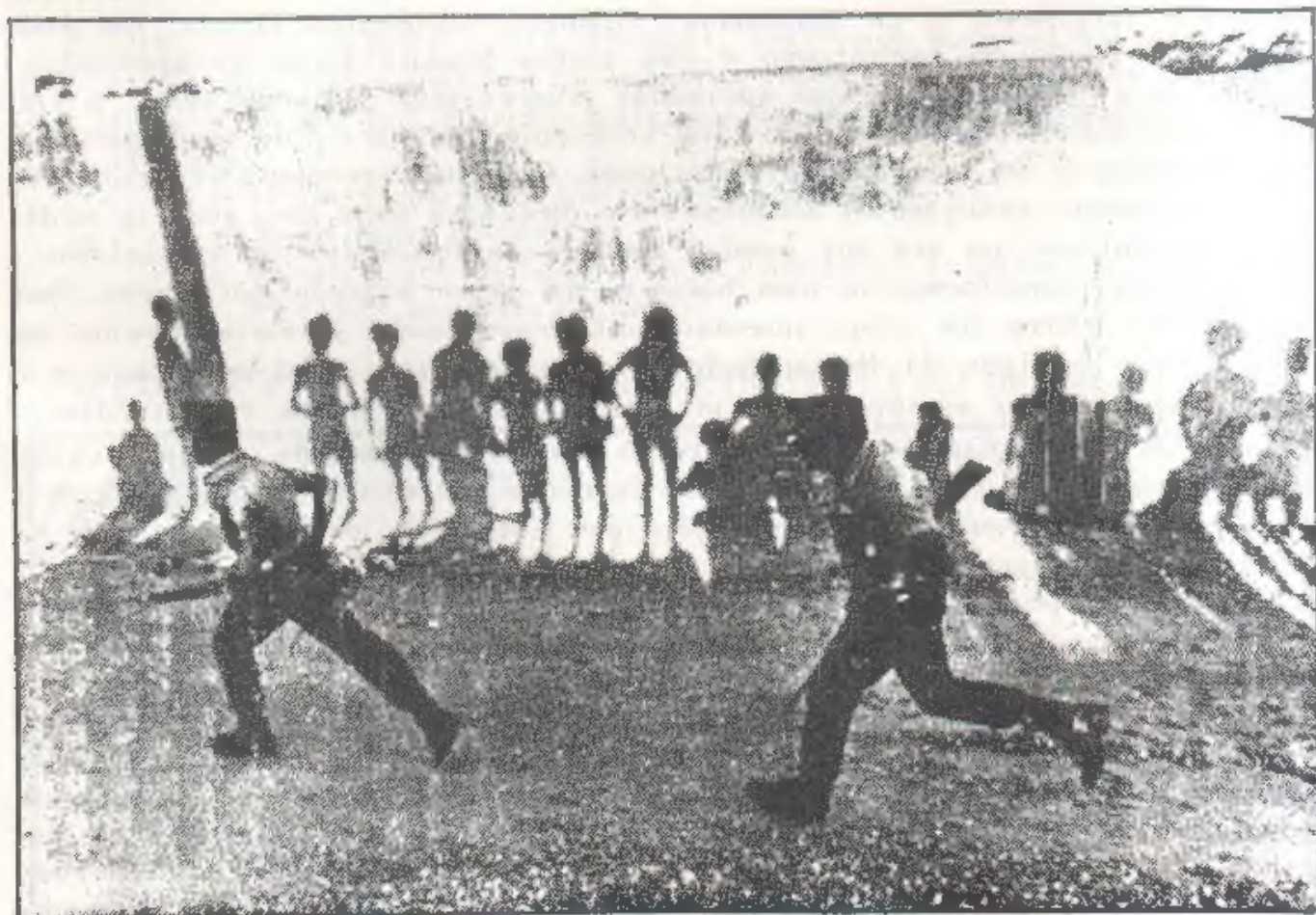
O povo brasileiro jamais se curvou aos tiranos e vende-pátria. Quando esmagado pela violência repressiva, sempre encontrou meios de se levantar e sacudir o jugo da opressão. Agora há-de se pôr de pé para varrer com o regime fascista antes que o Brasil se converta numa semicolônia e os brasileiros se tornem simples vassallos dos monopolistas estrangeiros. Unido será mais forte que os generais assassinos e traidores!

Ergâmo-nos em defesa do monopólio estatal – O PETRÓLEO É NOSSO!
Exijamos os direitos do povo – LIBERDADE, ANISTIA, CONSTITUINTE LIVREMENTE ELEITA!

E acima de tudo – AÇÃO COMUM PARA DERRUBAR A DITADURA MILITAR-FASCISTA!

Outubro de 1975

O COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL



DATA GLORIOSA DA ALBÂNIA

Mensagem enviada pelo Comitê Central do Partido Comunista do Brasil ao Partido do Trabalho da Albânia

Ao Comitê Central do Partido do Trabalho da Albânia

Ao camarada Enver Hodja

Queridos camaradas

Recebam nossas mais efusivas congratulações pela passagem do 31º aniversário da libertação do vosso país e do triunfo da revolução popular na Albânia, fortaleza avançada do socialismo na Europa.

Numa situação em que as grandes massas laboriosas de todos os países onde domina o capital atravessam imensas dificuldades, vítimas de feroz exploração, arrostando os efeitos da crise que se aprofunda, carentes de liberdade — é motivo de júbilo assinalar o decurso de mais um ano de gloriosa existência da nova Albânia. Há mais de três décadas, em plena guerra mundial, o povo desse país balcânico uniu suas forças e levantou-se para sacudir o jugo secular de seus opressores e dos bárbaros invasores nazi-fascistas. Em luta memorável, cheia de sacrifícios e de heroísmos, alcançou esplêndida vitória. Os dias negros da época do capitalismo e dos restos feudais foram ultrapassados. Iniciou-se a construção de uma sociedade progressista. Presentemente, a vida na Albânia reflete segurança, bem-estar crescente, cultura e progresso, garantia da soberania e da independência nacional. O futuro apresenta-se brilhante. Passo a passo, avançam os albaneses em direção à meta da completa edificação socialista, na via que conduz aos cumes luminosos do comunismo.

A Albânia transformou-se num baluarte da causa sagrada dos povos. Sua voz ressoa altiva na arena internacional denunciando persistentemente os dois piores inimigos da Humanidade — o imperialismo norte-americano e o social-imperialismo soviético que preparam uma nova guerra e pretendem o domínio do mundo. Ergue-se igualmente no desmascaramento de outros círculos imperialistas assim como da reação e do fascismo que se vão expandindo com a ajuda de uma ou outra das superpotências. Estas, ao mesmo tempo que se conluíam e se disputam, intensificam, diretamente ou através de seus lacaios, a repressão aos povos ansiosos de liberdade e verdadeira independência.

A corajosa atitude da Albânia de apoio decidido à luta dos povos é modelo de solidariedade militante e de internacionalismo consequente. Os crimes hediondos dos imperialistas e dos reaccionários encontram veemente condenação de sua parte. Destemerosamente, coloca-se ao lado das vítimas do banditismo fascista. Os partidos e os combatentes de vanguarda, as massas populares têm nos albaneses abnegados irmãos de luta e de ideal, amigos prestimosos das boas e das horas más. Por isso a Albânia vive no coração das pessoas simples sempre prontas a valorizar em alto grau o apoio moral e polí-

tico que recebem.

O orientador e timoneiro da atividade consciente e das vitórias do povo albanês é o Partido do Trabalho da Albânia. Lutador infatigável em todos os campos – político, ideológico, econômico, cultural e militar – constitui um autêntico e combativo destacamento marxista-leninista de indiscutível prestígio internacional. O PTA empenha-se na grandiosa tarefa de fortalecimento e consolidação do regime socialista. Ardoroso e seguro defensor da doutrina da classe operária, combate resolutamente o revisionismo e o burocratismo, apoiando-se na idéia de que 'a democracia das massas é o aspecto fundamental da ditadura do proletariado'. Integrado por valorosos revolucionários tem à sua frente o querido camarada Enver Hodja, uma das maiores figuras do movimento comunista mundial, voz respeitada e ouvida com enorme interesse em toda a parte.

O povo do Brasil admira a luta, a valentia, o espírito empreendedor dos albaneses e do seu glorioso Partido de vanguarda. Alegra-se com seus magníficos êxitos. Neles se inspira para combater a ditadura militar-fascista, retrógrada e vende-pátria, que assassina os melhores filhos do país e reprime cruelmente os patriotas, democratas e revolucionários. A Albânia é para os brasileiros um símbolo de resistência aos opressores, fonte de valiosas experiências e ensinamentos.


No transcurso da grande data albanesa, auguramos novos triunfos na construção do socialismo e fazemos os melhores votos de que a amizade entre nossos povos e nossos dois Partidos marxistas-leninistas se torne ainda mais forte e profunda.

Viva o 31º aniversário da libertação da Albânia!

Viva o Socialismo Proletário!

Viva a indestrutível amizade entre o Partido do Trabalho da Albânia e o Partido Comunista do Brasil!

O COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL



ESCUTA TODOS OS DIAS

*RADIO TIRANA: Das 20 às 21 horas Ondas de 25 e 42 M.
Das 22 às 23 horas*

*RÁDIO PEQUIM: Das 19 às 20 horas Ondas de 25 e 42 M.
Das 21 às 22 horas Ondas de 19,4 e 32 M.*

COMUNICADO sobre o assassinato de ARMANDO FRUTUOSO

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil vem denunciar à nação mais um monstruoso crime da ditadura militar-fascista – o assassinato do conhecido líder sindical, destacado combatente da classe operária e do povo, Armando Teixeira Frutuoso.

No dia 30 de Agosto, ele foi preso arbitrariamente no Rio de Janeiro e conduzido para local sigiloso. Como ocorre frequentemente, os chamados órgãos de segurança nada informaram sobre sua detenção. Seu nome apareceu, semanas mais tarde, numa denúncia apresentada à 2ª Auditoria Militar do I Exército, acusado com outras sete pessoas de atividades subversivas, tido, no entanto, pelos responsáveis do inquérito, como 'foragido', apesar de haver testemunhas de sua prisão e de sua passagem pelas masmorras policiais. A verdade é que Frutuoso, após ser submetido a selvagens torturas durante vários dias, morreu em mãos de seus algozes da Polícia e das Forças Armadas.

Este infame atentado dos generais fascistas é mais uma demonstração de ódio ao povo e do desespero em que se encontram diante da repulsa geral ao regime militar, sanguinário e vende-pátria, que há doze anos infelicitava a nação. Os brasileiros não se conformam com a inexistência de liberdade, com a política de esfomeamento das grandes massas e de entrega das riquezas do país ao capital estrangeiro, com a tutela de serviços dos trustes e monopólios. Para abafar o descontentamento cada dia maior, conter os protestos, esmagar as aspirações à independência e a uma vida melhor, a ditadura desencadeia feroz repressão, tendo os comunistas como alvo principal porque lutadores decididos contra o sistema tirânico, antinacional e antipopular.

O governo de Geisel e as Forças Armadas são os assassinos de Armando Frutuoso. Torna-se indispensável que os trabalhadores, os patriotas e democratas ergam veemente protesto contra o banditismo policial que já enluta centenas e centenas de famílias, atinge muitas dezenas de milhares de pessoas e espalha o terror nas cidades e no campo. Impõe-se desmascarar e isolar o bando de criminosos e traidores que ilegalmente governam o país.

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil presta as mais sentidas homenagens ao camarada Armando Teixeira Frutuoso, membro da direção do Partido, lutador devotado à causa do proletariado. Ele deu sua vida preciosa, pugnando pelos interesses do povo e da nação. Fiel até ao último alento aos ideais revolucionários, soube ser digno do grande e honroso título de militante comunista. Seu nome e sua memória serão reverenciados, com respeito e carinho.

pelos trabalhadores e por todos os que se batem em prol de um regime de liberdade, de independência, e de justiça social.

A causa pela qual lutou e morreu Armando Frutuoso é invencível. Os militares, quaisquer que sejam seus desatinos, não conseguirão deter ou atemorizar o movimento antifascista que cresce incessantemente, nem liquidar a organização de vanguarda, disposta a levar adiante a luta nacional e popular pela derrocada dos piores inimigos da Pátria.

Novembro de 1975

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil

HERÓICO E ABNEGADO MILITANTE

Armando Teixeira Frutuoso trabalhou, durante muitos anos, na empresa estrangeira Light and Power do Rio de Janeiro. Ainda jovem, ingressou no movimento sindical para se opor às injustiças e à exploração que sofria juntamente com milhares de outros trabalhadores. Aí desenvolveu intensa atividade. No período da II Guerra, tomou parte no movimento patriótico contrário à agressão da Alemanha e da Itália fascistas.

As experiências que colheu nesses combates de classe e na luta contra o nazi-fascismo levaram-no a ser dos primeiros, entre centenas de trabalhadores da Light que, em 1945, ingressaram nas fileiras do Partido Comunista do Brasil, quando este conquistava a legalidade após longo período de vida clandestina. Desde então salientou-se não somente como um líder da sua classe, tornou-se também um dos mais entusiastas e combativos militantes de vanguarda. Dirigiu numerosas greves no Rio de Janeiro em defesa dos interesses e direitos do proletariado. Participou ativamente da luta política. Atuou nas campanhas pela interdição das armas atômicas, pela paz, contra o envio de tropas brasileiras para a Coréia, em defesa do petróleo, contra a cassação do registro do Partido Comunista e do mandato de seus parlamentares e em diversas outras de sentido patriótico e democrático. Sobre ele convergiu o ódio da reação. De 1945 a 1964, foi preso cerca de vinte vezes. Em muitas ocasiões sofreu brutais espancamentos na polícia. As vicissitudes da luta caldearam-lhe o espírito revolucionário e fizeram aumentar o seu amor à causa dos trabalhadores e do povo.

Partidário do marxismo-leninismo, que estudava com seriedade, soube

desvencilhar-se dos revisionistas e compreender a traição de Prestes e seus seguidores à revolução. A partir de Abril de 1964, ainda nas fileiras prestistas, combateu energicamente a linha oportunista de direita ali predominante. Ajudou a desmascarar as falsas posições do PC Brasileiro e do revisionismo contemporâneo. Contribuiu, assim, para que numeroso contingente de militantes abandonasse aquele partido. Ao mesmo tempo, opôs-se às tendências 'centristas' dos que se reuniram em torno do denominado PCBR. Defendeu com firmeza o reingresso do maior número de camaradas no Partido Comunista do Brasil, autêntica vanguarda da classe operária, reorganizado em fevereiro de 1962. Juntamente com ele, seguiu esse caminho a maioria dos que militavam no Rio de Janeiro.

Outra vez atuando no verdadeiro partido do proletariado, Frutuoso destacou-se no combate à ditadura, por ele considerada o pior regime que o Brasil já teve. Esforçou-se na aplicação da linha partidária e sempre trabalhou pela unidade e pelo fortalecimento do Partido. Foi grande entusiasta da guerra popular, caminho da luta armada no Brasil. Saudou com alegria o surgimento da resistência heróica dos guerrilheiros do Araguaia e procurou desenvolver um movimento de apoio e solidariedade a essa resistência, mobilizando setores progressistas da Guanabara.

Em 1968, Armando Teixeira Frutuoso foi eleito para o Comitê Central do Partido. Em 1973, tornava-se membro suplente da sua Comissão Executiva.

Face ao sistema fascista imperante, Frutuoso preocupava-se com a elevação do nível de consciência revolucionária dos militantes. 'Para enfrentar os métodos terroristas da ditadura — dizia ele — não basta ser bom, ideologicamente, é preciso ser ótimo.' Digno filho do povo, socialista convicto, intransigente batalhador dos interesses das amplas massas, mostrou-se coerente até ao fim com o caminho que escolheu. Manteve-se firme diante dos carrascos. Tombou como um bravo.

Morreu aos 51 anos de idade, em pleno processo de amadurecimento político e ideológico. A confiança nas massas e o incomensurável ódio a seus opressores, a inesgotável vontade de luta e a honestidade revolucionária, o alto sentido de responsabilidade, o espírito de camaradagem e de solidariedade comunista — eis entre outras as qualidades que, sob a orientação do Partido, ele adquiriu e desenvolveu.

A morte de Armando Frutuoso constitui grave perda para o Partido e os trabalhadores. Mas seu exemplo, sua coragem, sua dedicação ao povo, ao qual serviu abnegadamente, continuarão estimulando o surgimento de novos e novos combatentes da grande causa da liberdade, da independência, do socialismo.

A GLORIOSA BANDEIRA DE 1935

Transcorre neste mês de novembro o 40º aniversário da insurreição nacional-libertadora de 1935. As forças populares, em especial os comunistas, orgulham-se de evocá-la como uma de suas ações mais gloriosas em favor da liberdade, da independência da Pátria. Ante a ameaça de avassalamento do país pelo fascismo, o partido do proletariado — o Partido Comunista do Brasil — veio audazmente para a cena política com propostas unitárias, com um programa mínimo revolucionário, disposto a travar até ao fim a batalha pela salvaguarda dos interesses nacionais, pelos direitos democráticos. Inspirou e organizou a Aliança Nacional Libertadora e promoveu a primeira tentativa da história brasileira de instaurar um governo popular-revolucionário com a finalidade de sacudir o jugo do imperialismo, liquidar o sistema do latifúndio, garantir um regime de democracia, progresso e cultura para as grandes massas.

Novembro da 1935 projeta-se em nossa vida política como importante divisor de águas. A partir de então, a contenda entre as forças progressistas e as reacionárias em torno das mesmas questões e tarefas básicas, se aguçava sempre mais. Assustados pelo que consideram o mais terrível dos precedentes, os inimigos do povo — a grande burguesia e os latifundiários associados ao imperialismo tendo à frente as Forças Armadas — decidiram impedir por todos os meios que o feito se repita. Vêem o 'fantasma do comunismo' em cada manifestação de massas, em qualquer gesto patriótico. Tentam esconder o persegui-mento por toda a parte. Em 1964 tiveram de estabelecer uma ditadura militar sangrenta e terrorista, a fim de abafar os anseios populares e arranjar uma pretensa solução para as contradições sociais em agravamento. Mas seu fracasso é rotundo. São alvo do ódio crescente do povo. Isolam-se mais e mais. Ainda que pretendam manter sua tutela indefinidamente sobre o país, sua derrota é inevitável. Ao passo que as forças populares — apesar dos insucessos — estão confiantes em suas possibilidades mais conscientes e maduras. Retomam em melhores condições o caminho da frente-única e da luta armada, o único capaz de dar solução aos problemas de revolução democrática e antiumperialista, os mesmos de 1935.

Os comunistas, ao cumprir o imprescritível dever de homenagear os aliancistas e camaradas que se sacrificaram para conter a ofensiva fascista, ressaltam a significação da iniciativa heróica, procuram extrair as lições da derrota, esforçam-se por empunhar com maior firmeza e acerto a bandeira vermelha da revolução. Hoje ainda mais convencidos de que, por longo e difícil que seja o caminho a trilhar, o futuro pertence ao povo. Ninguém poderá evitar seu triunfo.

A ameaça fascista

Para compreender o significado da insurreição de novembro de 35 impõe-se o exame, mesmo sumário, da situação concreta daquele período, ter em conta o perigo do fascismo que grassava após a Primeira Guerra Mundial. Os círculos mais agressivos do imperialismo estavam temerosos do avanço da revolução proletária, socialista, e do movimento libertador dos povos oprimidos. Buscavam salvar-se através dessa modalidade de ditadura terrorista. Evitando acentuar-se a crise geral do capitalismo com a irrupção do craque econômico financeiro de 1929-33 — o mais profundo que já haviam sofrido — apegaram-se ao recurso dos métodos fascistas do governo. Deste modo, pretendiam jogar o fardo de suas dificuldades sobre as costas das massas trabalhadoras, intensificar a exploração dos povos atrasados, efetuar nova partilha do mundo por meio da guerra. Em 1933, subiu ao poder na Alemanha o Partido Nacional-Socialista de Adolfo Hitler, a variedade mais reaccionária e feroz do fascismo. Utilizando desbragada demagogia, os nazistas imediatamente revelaram seu caráter bárbaro e belicoso. Montaram monstruosas provocações para destroçar as conquistas do tradicional e poderoso movimento operário e democrático alemão, entregaram-se ao extermínio físico implacável de todos os seus adversários — a começar pelos comunistas.

Pari passu com esse terrorismo, delineava-se a sombria ameaça de outra guerra mundial. O Japão militarista, desde 1931, arrojava-se à conquista da China, na presunção de escravizá-la. Em outubro de 1935 a Itália de Mussolini invadia a Etiópia, e a convertia em sua colônia. A Alemanha de Hitler armava-se febrilmente a fim de rever pela força os tratados de paz do após guerra, apoderar-se da Europa e arremeter sobre a União Soviética, então o biluarte da causa da revolução e do socialismo. Urdia-se a intervenção italo-alemã na Espanha, onde as correntes republicanas estavam em ascensão. Em toda a parte o nazi-nipo-fascismo fomentava a constituição de bandos de assalto e cabeças-de-ponte com o objetivo de efetivar seus planos de hegemonia mundial sonhada para um milênio.

Os povos, porém, não desejavam submeter-se passivamente a esses planos. Disponham-se a resistir, a preservar as liberdades democráticas, a independência de seus países. Potentes movimentos de frente-única antifascista e ações armadas se desenvolviam, assediando golpes contundentes nos selvagens inimigos. Nos meses de julho e agosto de 1935 realizou-se o histórico VII Congresso da Internacional Comunista. À base do relatório de Dimitroff, o Congresso fez uma completa caracterização do fascismo, demonstrou que seu poder era feroz mas precário, que sua ofensiva podia ser detida e derrotada. Todavia, o proletariado devia unir-se urgente e imperativamente, e formar uma frente de todas as forças interessadas na defesa das liberdades, do progresso social e da paz. Também a União Soviética, liderada por Stálin, desmascarava com energia e de modo incansável a política guerreira das potências fascistas, articulava um pacto dos países amantes da paz e preparava-se para qualquer eventualidade.

No Brasil, eram evidentes as repercussões dessa situação. Padecendo dos males crônicos do predomínio do latifúndio arcaico e da dependência ao imperialismo, o país fora grandemente afetado pela crise de 1929-33. Embora tivesse adotado algumas medidas de conteúdo democrático e nacionalista, a chamada revolução de 30 não eliminara a sujeição aos trusts internacionais nem o monopólio da terra. Na verdade, desde que ascendera ao poder, o governo de Vargas, representante da burguesia aliada a setores latifundiários, seguiu uma política de adaptação do capitalismo aos velhos interesses criados. Empenhava-se em pagar antigas e novas dívidas contraídas com os banqueiros de Londres e Nova Iorque, aceitava como uma fatalidade o aviltamento dos preços dos produtos agrícolas de exportação, e com idêntico fatalismo tolerava o comércio desigual do país com as metrópoles imperialistas. Na medida em que avultavam as aperturas financeiras, Vargas outorgava maiores privilégios aos grupos econômicos estrangeiros e aos latifundiários, agravando as condições de vida e de trabalho das massas. Em 1935, iniciou negociações para subscrever acordos comerciais na base de moedas compensadas com a Alemanha de Hitler e a Itália de Mussolini. Com semelhantes concessões facilitaria a penetração dessas potências no Brasil, onde já vinham financiando ostensivamente a Ação Integralista, de Plínio Salgado.

No terreno político, também a orientação de Vargas sempre fora de compromisso com as velhas oligarquias, tendo em vista isolar e reprimir as forças progressistas. Esse compromisso reforçou-se, mesmo depois da derrota dos grupos reacionários de São Paulo na guerra civil de 1932. Em consequência, a Constituição de 1934 só formalmente inscreveu alguns direitos democráticos. Na prática, as liberdades almejadas pelo povo e tão prometidas pela revolução de 30 se restringiam. O Partido Comunista continuava perseguido, na clandestinidade. No entanto, os integralistas recebiam franco encorajamento. Fruto do colírio com Armando de Sales Oliveira, Júlio de Mesquita Filho, Vicente Rau e companhia, em princípios de abril de 1935 foi aprovada pelo Congresso e sancionada por Vargas a primeira Lei de Segurança Nacional, paradigma das que viriam posteriormente. Nessas circunstâncias, a Constituição transformava-se em letra morta e o Parlamento em apêndice ineficiente. As Forças Armadas, após terem sufocado algumas rebeliões de soldados, cabos e sargentos e coarctado atitudes autônomas de certos 'tenentes', retornavam à sua habitual postura antipopular. Muitos oficiais aderiam ao integralismo, e aos postos principais da hierarquia militar eram guindados reacionários ou fascistas notórios. Góes Monteiro, Gaspar Dutra, Newton Cavalcanti, Juarez Távora e outros. Havia divergências no seio das classes dirigentes, mas o sentido da fascistização do poder não podia ser ocultado.

Em decorrência dessa política, generalizava-se o descontentamento entre o povo. Nas cidades, o proletariado e as massas trabalhadoras lutavam em favor de seus interesses vitais, das liberdades públicas, fortaleciam suas organizações de classe, adquiriam maior consciência dos perigos da reação. No interior, os camponeses criavam suas primeiras Ligas, pugnavam por justiça e formavam pequenos grupos de autodefesa para se oporem à prepotência dos latifundiários. Mesmo entre as camadas da pequena-burguesia, especialmente entre os 'tenentes', que haviam participado do movimento armado de 30, eram visíveis

as frustrações diante da degenerescência da 'revolução' e dos rumos seguidos pelos governantes. Em suma, a ausência de soluções para os problemas candentes, o império da corrupção, a escalada repressiva das Forças Armadas e da polícia política, a pronunciada ameaça integralista e fascista, inquietavam com razão as forças progressistas, polarizavam sua atenção, estimulavam-nas para o encontro de uma saída correta, revolucionária, que satisfizesse os interesses do povo.

A A.N.L.

Nesse ambiente de efervescência, de constante diferenciação entre as forças políticas, de crescente avanço do fascismo, de ansiosa busca de um justo caminho para a defesa da democracia, é que surge a Aliança Nacional Libertadora.

A iniciativa de aglutinar diversos setores sociais e políticos, bem como destacadas personalidades, em defesa de postulados nacionais e democráticos, partiu dos comunistas. Estes, depois de 1930, empenhavam-se seriamente em romper por completo com suas posições sectárias. Formularam uma linha e uma tática que lhes possibilitassem integrar-se na vida política, reforçar suas ligações com as massas. A medida de seus êxitos traduziu-se no aumento de sua influência nos meios operários e sindicais, e entre a intelectualidade. A idéia da frente-única, discutida desde fins de 1931, ganhava terreno. Apesar dos fortes preconceitos anticomunistas, as propostas unitárias do Partido iam encontrando boa acolhida. A unidade dos antifascistas se impunha. Não havia outro meio de opor-se aos planos tenebrosos de domínio do fascismo e do imperialismo senão mobilizar as grandes massas e constituir uma sólida frente-única com programa claro e sentido revolucionário. Os argumentos dos democratas sinceros que duvidavam das intenções do Partido ou dos que manifestavam os sentimentos e suspensas sobre essas intenções esboçavam-se diante dos fatos, bem como da conduta leal, sem amarguidades dos comunistas. As tergiversações ou as protelações só favoreciam, como a vida mostrou, os inimigos da nação.

Em fins de março de 1935, a Aliança Nacional Libertadora inicia suas atividades legalmente, de maneira auspiciosa, lapimindo as sentidas aspirações populares, a nova organização reflete uma esplêndida vitória da unidade. Englobava vários agrupamentos políticos, nomes expressivos no parlamento, na cultura, no 'tenentismo'. Seu programa básico consistia de reivindicações concretas, a saber: 1) Suspensão em definitivo do pagamento das dívidas externas, sob o fundamento de que já haviam sido pagas de há muito; 2) Nacionalização imediata de todas as empresas imperialistas, 'arapucas' para as quais o povo trabalhava sob terrível exploração; 3) Proteção dos pequenos e médios lavradores, entrega da terra dos grandes proprietários aos camponeses e trabalhadores que as cultivavam, visto serem seus únicos e legítimos proprietários; 4) Gozo das mais amplas liberdades pelo povo, nele incluídos os estrangeiros que aqui trabalhavam e eram tão explorados quanto os brasileiros; e 5) Constituição de um governo popular orientado somente pelos interesses do povo brasileiro. Esse programa simples se expressou no lema 'PÃO, TRRRA E LIBERDADE'. No ato da instalação, o nome de Luís Carlos Prestes foi aclamado para a presidência de honra da Aliança. Ele desfrutava na época de reconhecida popularidade.

cidade. Em 1924, como capitão do Exército, promovera um levante de quartel, a seguir, se tornara um dos chefes da Coluna que, combatendo de armas na mão, atravessara, durante dois anos, os sertões do Brasil.

Estava desfraldada, assim, uma grande bandeira revolucionária.

O entusiasmo com que as massas receberam a Aliança e seu programa ultrapassou as expectativas. Em pouco tempo, estruturaram-se núcleos aliancistas na maioria dos Estados — só na capital da República, Rio de Janeiro, neles inscreveram-se mais de 50 mil membros. Em suas fileiras incorporaram-se principalmente trabalhadores, soldados, marinheiros, cabos e sargentos — as camadas mais pobres das cidades. Caravanas percorriam as diferentes regiões do país, multiplicavam-se os comícios com enorme afluência. Nunca se testemunhara tão poderoso movimento patriótico de massas, tamanho interesse pelo debate dos problemas nacionais. O jornal diário 'A Manhã', do Rio tornou-se o porta-voz dos anseios antifascistas. Paralelamente, cresciam as organizações sindicais do proletariado, surgiam centros da intelectualidade em defesa da cultura, associações femininas, entidades juvenis. Sem dúvida, com a criação da Aliança, o movimento popular, democrático adquiriu vertiginoso impulso. As forças progressistas descortinavam novos horizontes para suas lutas.

O governo de Vargas, como depois confessou, vinha acompanhando com apreensão o desenvolvimento impetuoso das atividades da Aliança. Os grupos da oligarquia e do imperialismo, os setores fascistas da reação, desde o surgimento da organização da frente-única, tramavam golpeá-la, liquidá-la.

E não tardaram em fazê-lo. Mal completara três meses de funcionamento legal, em julho, o governo decretou o fechamento da ANL sob a acusação de que arquitetara um plano comunista para a tomada do poder'. Tanto os protestos como as providências jurídicas cabíveis contra o ato de força, ilegal, foram contraproducentes. O nazista Filinto Muller, chefe da polícia de Vargas, desencadeou imediata e drástica perseguição não só aos militantes aliancistas como aos dirigentes de sindicatos independentes e demais organizações democráticas. Sedes foram varejadas; ativistas presos e enquadrados na Lei de Segurança como 'subversivos', 'agentes vermelhos a soldo do estrangeiro'.

Ao mesmo tempo, o governo e a reação continuavam a apoiar por todos os meios os bandos integralistas. Criaram uma polícia especial objetivando espalhar o terror, aumentaram os efetivos da polícia política. Por seu turno, o Exército e a Marinha entregavam-se ao expurgo de praças e oficiais suspeitos de antifascismo, aprestavam-se para prevenir qualquer intento de protesto popular.

Entre as classes dominantes, porém, acirravam-se as disputas. Se bem que nenhuma de suas facções aceitasse a Constituição, a vigência dos direitos democráticos, ou sequer se inclinasse a favor do povo, cada qual pretendia assenhorear-se do governo. Havia conspirações de todos os lados perseguindo o propósito de consolidar a reação ou instaurar abertamente o fascismo, para conter a 'agitação e preservar a ordem'. Depondo anos depois sobre essas ri-

validades e apetites, Alzira Vargas, filha do então presidente da República, escreveu que se sucediam 'episódios deprimentes, ora cômicos, ora dramáticos'. Em novembro de 1935, já lavrava intensa agitação política. Devido aos baixos salários, à carestia de vida e à atuação provocadora dos integralistas o descontentamento popular atingia grandes proporções. O estado de ânimo dos militares sumariamente dispensados da ativa chegara próximo da rebeldia.

Diante dessa situação, que fazer? Sucumbir sem luta ou enfrentar com coragem a onda repressiva, os manejos da reação e os projetos de fascistização do país?

A insurreição

O Partido Comunista não vacilou, resolveu preparar e desencadear a insurreição armada. Mesmo na ilegalidade, o trabalho de propaganda e arregimentação da Aliança foi incrementado. Para unir o povo na resistência, as bandeiras da luta antimpperialista e antifascista precisavam ser erguidas ainda mais alto. Eram disposições acertadas, oportunas. Mas em novembro, sentindo que os acontecimentos se precipitavam, contando com a influência da ANL entre praças e oficiais das Forças Armadas e julgando que o nome de Prestes galvanizaria o Exército, a direção do Partido apressou o desfecho da ação armada e lançou a palavra-de-ordem de Governo Nacional Popular Revolucionário com Prestes à frente.

Embora a reação estivesse alertada e atuasse no sentido de provocar o aborto da insurreição, a 23 de novembro irrompeu em Natal, Rio Grande do Norte, a sublevação dos soldados, cabos e sargentos do 21.º BC, ali aquartelado. Diversos setores da classe operária e do povo, que já vinham realizando greves e manifestações reivindicatórias e antimpperialistas, juntaram-se imediatamente aos rebeldes. Após ásperos combates, foi vencida a resistência da Polícia Militar, que se conservara ao lado da reação. Os revoltosos aprisionaram os agentes do governo que não conseguiram fugir. Instaurou-se naquele dia o primeiro governo popular revolucionário da história do país. Um novo jornal, A LIBERDADE, editado após a vitória, anunciava o fato memorável: 'O fim, pelo esforço invencível dos oprimidos de ontem, pela colaboração decidida e unânime do povo, legitimamente representado por soldados, marinheiros, operários e camponeses, inaugura-se no Brasil a era da liberdade, sonhada por tantos mártires...'. Concitava os patriotas à luta por 'Todo o poder à ANL'. Compunham o novo governo: o sapateiro José Praxedes, encarregado do aprovisionamento, o sargento Quintino Clementino de Barros, da defesa, o funcionário público Lauro Cortez do Lago, do interior, o estudante João Galvão, da educação, e o funcionário dos Correios e Telégrafos José Macedo, das finanças. As medidas iniciais adotadas pelo governo revolucionário destinaram-se a baratear os preços dos gêneros alimentícios e das tarifas dos transportes, a moralizar a administração pública, a mobilizar forças para o prosseguimento da luta armada.

As massas populares exaltaram com o triunfo, confraternizaram com os insurrectos, deram-lhes completo apoio. Percebiam que se instalara um governo como

mais haviam tido), genuinamente seu, votado para seus interesses imediatos ou permanentes. Rapidamente o movimento se estendeu às cidades de Ceará Mirim, São José de Mipibu, Canguaretama, Santa Cruz e outras. Pensava-se levá-lo a todo o interior do Estado e a Pernambuco, cujas tradições revolucionárias permaneciam vivas.

Com efeito, nesse Estado, pela manhã de 24 de novembro, obedecendo aos mesmos motivos, sublevara-se o 29.º BCo aquartelado em Vila Socorro, próxima a Recife. Mas o levante foi apenas parcial. Não obstante, resultara do vigoroso movimento operário e popular em desenvolvimento, estava em ligação com a combativa greve dos ferroviários da Great Western. De sobressano, as tropas da reação ofereceram pronta e tenaz resistência. As massas que sympathizavam com o movimento anarquista, surpreendidas pelas notícias da sublevação do quartel, não tiveram tempo de tomar armas. Foi o governo reaccionário que conseguiu enviar reforços para as paróquias. Os insurrectos, embora portados-se com extrema bravura em todo o decurso da luta, ficaram isolados, sem munição. Tiveram de render-se.

Após saber desses acontecimentos, a direcção nacional do Partido julgou de seu ineluctável dever prestar solidariedade aos revolucionários do Nordeste, fortalecer a luta que se iniciara. Decidiu de imediato lançar ao combate as forças sob sua influencia no Rio de Janeiro e em outros Estados. Nessa altura, o Estado Maior das tropas reaccionárias, em rigorosa prontidão, estava sabendo de que a insurreição se desenvolveria em algumas guarnições acantonadas na capital do país. Preannuciava-se, portanto, uma peleja duríssima. Ainda assim, na madrugada de 25 de novembro, efectuou-se o levantamento de numerosos contingentes de soldados e officiaes do 3.º Regimento de Infantaria e do Regimento Escola de Aviação, duas das mais importantes unidades militares do Rio. Os núcleos anarquistas e as células comunistas existentes nessas unidades executaram sem vacilações, com intrepidez, as directivas do Partido e da ANL. Os combates, como se previa, foram violentíssimos. A reação concentrou rapidamente efectivos várias vezes superiores a fim de cercar e atacar os regimentos sublevados. O 3.º R., onde a retrega assumiu maiores proporções, ficou reduzido a escombros pelo bombardeio da artilharia e da aviação governistas. Após quase dez horas ininterruptas de luta, durante as quais procuraram romper valentemente o cerco inimigo, e sem receber o esperado apoio de outras unidades, os sublevados capitularam.

Nesse mesmo dia 25, o movimento insurreccional do Rio Grande do Norte também cessou praticamente, ante o ataque de forças imensamente superiores, que convergiram de vários pontos sobre Natal e as outras cidades rebeladas. Alguns grupos guerrilheiros que ainda subsistiram no interior do Estado, sem experiencia e sem confiança neste formidável método de luta, acabaram entregando-se ou dispersando-se.

Desse modo, após quatro dias durante os quaes despertaram a esperança e

entusiasmo das grandes massas exploradas e oprimidas travaram batalhas heróicas e perderam vidas de companheiros queridos, os combatentes antifascistas, com os comunistas à frente foram batidos, temporariamente postos fora de ação.

Sobre os revolucionários derrotados recaiu instantâneo pesado e cruel o castigo dos cruzados da ordem. Fuzilaram sumariamente vários soldados prisioneiros. Os que sobreviveram foram recolhidos a presídios, ilhas, navios, etc. Foram milhares. Vargas reclamou e obteve do Congresso o estado de sítio para todo o país. A execução das medidas repressivas ficou a cargo dos generais fascistas e do carrasco Franto Muller. Em seguida, levantaram um coro de calúnias com o propósito de difamar a conduta dos revolucionários: difundiram que haviam assassinado oficiais a sangue frio, violentado moças, etc. A verdade, no entanto, segundo testemunhas insuspeitas, é que os revolucionários agiram com grande generosidade, jamais desrespeitando os prisioneiros. As classes dominantes não fizeram segredo de que consideram o por crime as massas trabalhadoras a tentativa de pegar em armas para livrar-se da opressão. Seus agentes emulam em covardia, ferocidade, fanatismo com o intuito de escarmentar os que a isso se atrevem. Fazer uso de armas, subverter a Constituição, assassinar impunemente os adversários, é privilégio seu. Os pobres são proibidos de sublevar-se.

Refutando injúrias e falsidades

Nestes 10 anos, a reação dedicou-se a injuriar o movimento insurreccional de 1935, procurando apagá-lo da memória dos patriotas. Neste sentido, procede de modo ainda mais torpe que os colonialistas portugueses com o exemplo de Tróia e Trancoso. Além do terror fascista, propaga mentiras deslavadas, deturpa os fatos mais triviais. Os generais distinguem-se particularmente nessa campanha. Com sua proverbial coragem de torturar e matar prisioneiros inocentes e dizer bobagens, cumprem anualmente seu ritual comemorativo de novembro de 1935, cobrindo os lutadores antifascistas de maldições, proferindo ameaças, tentando intimidá-los para que não voltem a palmilhar o mesmo inelutável caminho.

Nos insultos dos generais as forças populares encontram as melhores justificativas aos objetivos dos que tombaram, os maiores elogios ao seu heroísmo e aos seus sacrifícios.

Também os chamados liberais, os conciliadores e reformistas têm se empenhado em denegrir ou menosprezar o movimento de 35, classificando-o de aventura, de putsch, de responsável pelo advento do Estado Novo fascista. São os eternos críticos, com perdão da palavra dos 'radicais de esquerda' por eles acusados de obstruir, com suas atitudes, a marcha 'natural' das coisas, o processo lento e gradual das reformas pacíficas destinadas a criar uma sociedade aberta, a institucionalizar a democracia no país.

São totalmente falsas as acusações desses impenitentes partidários da dissensão a qualquer preço. Os comunistas sempre condenaram as aventuras e os putsch, nunca se opuseram às reformas. Tampouco inventaram as contradições oriundas do capitalismo. Como revolucionários e verificando o recrudescimento extremo dessas contradições na época do imperialismo, convenceram-se de que os povos somente podem conquistar a democracia, a independência nacional e o socialismo através da luta revolucionária das massas. À velha argumentação dos reformistas burgueses de que as reformas só virão se os revolucionários renunciarem à revolução, o grande Lênin respondeu da seguinte maneira: "Ou por a luta revolucionária de classes, cuo produto secundário sempre costuma ser as reformas (em caso de êxito incompleto da revolução), ou *há* nada de reformas". (Os grifos são de Lênin).

A análise da realidade brasileira comprova o acerto dessa tese leninista. A insurreição de 35 não ocasionou a implantação efetiva do Estado Novo nem o agravamento das contradições internas. Com a derrota das forças aliancistas é lógico os reaccionários tiveram campo livre para levar adiante seus planos. À que eu momento algum os conciliadores se antepuseram frontalmente à sumação dos mesmos.

Persuadimo nos ademas, que se não tivesse ocorrido a luta armada de 35 o Estado Novo sobrevivia com feições mais abertamente fascistas, isto é, teria o respaldo de um partido, como o integralista, com algum apoio político não desmascarado de tolo. O próprio Vargas, até hoje apresentado como um contrapeso à ditadura dos militares de então, com o golpe, poderia ter sido afastado do Poder. Possivelmente também não se teria constituído a base política que facilitou a participação do Brasil na guerra contra o fascismo precisamente na maior de todas as guerras: senhores pacifistas e reformistas! A participação reconhecidamente a contragosto dos Dutra, Goes Monteiro et cetera e por eles sabotada. É bom recordar ainda o algamento das massas sobre a luta de 35. Quando o Partido Comunista do Brasil veio para a legalidade, em 1945, foi transformado graças ao apoio popular, num dos mais importantes agrupamentos políticos do país.

Além de se recusarem a computar ou avaliar esses resultados de novembro de 35, os conciliadores burgueses sofrem de terrível amnésia quando se trata de interpretar e questionar a responsabilidade da reação — em particular das Forças Armadas, nos acontecimentos subsequentes, acontecimentos que demonstram qual a tendência real das classes dominantes. De 1936 para 1937, a ameaça comunista parecia de tal modo inexistente que o ministro da Justiça ordenou a soltura dos presos aliancistas, com exclusão dos mais implicados, dos chefes. A própria direção do Partido Comunista, embora exaltasse em palavras a façanha de 35, ia abandonando os objetivos revolucionários e adotando posições nacional-reformistas. Portanto, não cogitava de novas ações armadas. Em obediência ao estipulado na Constituição, iniciara-se a campanha para a eleição direta à sucessão presidencial. Os principais candidatos — Armando de Sales Oliveira e José Américo, ex-aliados e amigos de Vargas — e as forças que os sustentavam, distanciavam-se tanto da subversão como o céu da terra. Bastou porém que as correntes populares comesassem a dar sinal de vida,

a se organizar em torno de plataformas democráticas e a engrossar os comícios políticos apresentando palavras-de-ordem independentes, para que todo o panorama repentinamente voltasse a ficar sombrio. Visto como as Forças Armadas não encontrassem pretextos plausíveis, resolveram arranjar no arsenal nazi-integralista o monstruoso Plano Cohen, da autoria publicamente confessada de elementos do Exército. Com base nesse plano provocativo, as Forças Armadas impuseram, e Getúlio referendou, o estado de guerra com a finalidade de jugular a 'comoção interna'. A seguir, interromperam violentamente a campanha eleitoral, dissolveram o Congresso, prenderam em massa os adversários e decretaram o Estado Novo, com uma Constituição calcada em modelos fascistas. Tencionavam ir bem longe, quem sabe?, institucionalizar também por um milênio o reino da reação. Tanto assim que, em pleno apogeu das vitórias de Hitler, em 1940, Getúlio saudava a nova era fascista, com o país forçosamente atrelado ao carro dos vencedores...

Mas o que sobreveio foi a derrota política e militar, fragorosa, das potências fascistas, que graças exatamente à coligação das nações antifascistas, na qual, a União Soviética, de Stálin, jogou papel decisivo. As aspirações democráticas, emancipadoras das massas, ressurgiram com maior força. Diante disso, os mesmos generais que haviam instituído o Estado Novo, trataram de manobrar para, logo depois, invocar os pretextos de sempre e atentar contra os interesses do povo e do país. A história de ontem, está diante de nossos olhos. O golpe de 1964 e a implantação da ditadura militar-fascista, se bem que perdue há onze anos, não deixa dúvidas sobre o sentido da política das forças reacionárias do Brasil. Com uma agravante. Nos golpes contra-revolucionários anteriores, essas forças e seus representantes antediluvianos não escondiam seus objetivos fascistas. Em abril de 1964, os Mourão Filho, Filinto Muller, Médici, Geisel, os Plínio Salgado, Francisco Campos, Júlio de Mesquita Filho e demais gorilas e mastodontes reacionários apareceram como 'autênticos revolucionários e democratas'. Quer dizer, ao lado da tragédia, a farsa. Mas nem assim os conciliadores tiraram as devidas conclusões. Ao contrário, tornam-se mais confusos e desmoralizados.

Apreciação crítica

Inegavelmente, os comunistas cometeram erros que contribuíram também para a derrota da insurreição nacional-libertadora de 1935. Revelá-los de modo resolutivo, é uma questão de princípio. Dessa forma, demonstram a seriedade de sua conduta política, a disposição de elevar-se à altura da missão que se propuseram. A apreciação crítica e autocrítica do movimento de 35 tardou, indiscutivelmente por debilidade ideológica e política porque, no período pós-insurreição, até 1962, predominaram na direção do Partido Comunista do Brasil elementos influenciados pela burguesia e pela pequena-burguesia. Eles escamoteavam o problema crucial da luta armada ou lhe faziam oposição, aberta ou veladamente. Desejosos de acomodar-se ao desenvolvimento do capitalismo, de contemporizar, acabaram traindo os interesses do proletariado e das massas trabalhadores. Agildo Barata, a princípio, e depois Prestes, com seus partidários, tornaram-se de fato renegados da revolução. Prestes transformou-se num revisionista. Embora ainda se apresente como comunista, na realidade, trabalha para colocar o proletariado a reboque da burguesia e o povo brasileiro como

caudatário do social-imperialismo soviético. Espera, hoje, que a democracia possa vir do apoio de alas ditas liberais das Forças Armadas das classes dominantes ou de ações pseudo-libertadoras das Forças Armadas soviéticas. Aliás, nunca compreendeu a fundo que a luta revolucionária, verdadeira, consiste em fazer com que os operários e camponeses possuam armas e um Exército próprio, popular, libertador.

Só quando romperam em todos os terrenos com os revisionistas chefiados por Prestes, os comunistas enveredaram pelo exame crítico corajoso de todas as posições anteriormente adotadas. Num balanço geral, verificaram que o período de 35 foi um dos mais ricos da vida política do país e do Partido. As lições que dele emanam podem ser de grande valor, se avaliadas corretamente, à luz do marxismo-leninismo. Além de conservarem imensa atualidade.

Em 1935, as massas haviam dado um salto em sua consciência sobre a necessidade da revolução, ao perceberem que esta deve ser obra delas próprias, de sua iniciativa, de sua unidade, de seus sacrifícios, de suas ações combativas, de uma orientação justa. Ao tomar parte no movimento armado de 1930, o fizeram sob a iniciativa e em proveito de minorias, das cúpulas, dos agentes dos latifundiários, da burguesia nacional e de alguns setores da pequena-burguesia radical. Interpretando corretamente esse amadurecimento da consciência das massas, para a qual ele havia contribuído decisivamente, nosso Partido elaborou uma linha política que correspondia no fundamental ao curso do processo objetivo, harmonizando-se com os supremos interesses da revolução. A Aliança Nacional Libertadora representou um empreendimento ousado e de vasto alcance político, oferecendo ao povo brasileiro um instrumento de ação unida com reais condições de vitória em sua luta mais que secular pela liberdade e pela independência nacional. A frente-única estabelecida com a Aliança impulsionou o movimento popular, democrático, antiimperialista, elevou a níveis nunca atingidos a organização e a consciência política das massas. Nosso Partido projetou-se nacionalmente como o mais fiel defensor dos interesses do povo, o mais ativo organizador da unidade contra o imperialismo e o fascismo. Nas duras provas e gloriosos combates que advieram, apareceu aos olhos de toda a nação como um destemeroso destacamento de vanguarda do proletariado revolucionário, disposto a dirigi-lo em quaisquer circunstâncias. Merecidamente, o prestígio e a influência do nosso Partido se consolidaram.

Não obstante, a política do Partido e seu trabalho de frente-única padeceram de sérias debilidades. Ao fazer esforços para expandir a Aliança entre as massas urbanas, não soube estendê-la ao campo. A mobilização dos camponeses continuava subestimada. Nesse período, no entanto, o inolvidável Harry Berger insistira na importância da atividade entre as massas rurais. Berger, dirigente comunista alemão que a Internacional Comunista incumbira de ajudar a luta dos trabalhadores brasileiros, assim que chegou ao Brasil passou a estudar pessoalmente a experiência do surgimento de Ligas Camponesas e de guerrilhas na região do Baixo São Francisco, em Alagoas. Argumentava que enquanto os comunistas não se ligassem às massas camponesas e conquistassem seu apoio, seria impossível obter a vitória bem como a direção do movimento revolucionário pelo proletariado. Aliás, não era outra a orientação da III Internacional.

Dimitroff, em seu informe ao VII Congresso, esclarecendo o sentido concreto que devia ter a frente-única nos países submetidos ao imperialismo, e particularizando nosso país, dizia: 'No Brasil, o Partido Comunista, que construiu uma base correta para o desenvolvimento da frente-única com a fundação da Aliança Nacional Libertadora, deve fazer o máximo de esforços para estender ainda mais esta frente e atrair, antes e acima de tudo, as massas de milhões de camponeses com o propósito de orientá-las na formação de unidades do exército popular revolucionário devotado até o fim ao estabelecimento do poder da Aliança Nacional Libertadora'.

Entretanto, nosso Partido não deu a devida atenção a estas preciosas indicações. E assim permaneceu por longo tempo. Quando, porém, teve de fazer face ao golpe contra-revolucionário de 1964, compreendendo melhor o conteúdo da revolução e colocando-a em termos práticos, foi que o Partido passou a concentrar-se no problema camponês e a basear sua concepção de luta armada, tornando o campo como ponto de apoio fundamental.

Em outros aspectos do trabalho de frente-única, o Partido conduziu-se de modo estreito, sectário. Por exemplo, o lançamento da palavra-de ordem de Governo Nacional Popular Revolucionário, com Prestes à frente, não contribuiu para a ampliação do movimento. Deixava transparecer, ao contrário, que os comunistas queriam absorvê-lo. Também foram menosprezadas as possibilidades de ampliar a frente-única incorporando diversos grupos descontentes com a política de Vargas. Enfim, por causa da perspectiva imediatista e da incapacidade de aproveitar as dissensões que se acentuavam entre as classes dominantes, o movimento aliancista não se estendeu como devia.

Contudo, onde mais fortemente se manifestou o radicalismo pequeno-burguês foi na concepção e no método da luta armada. Isto não quer dizer que se deva considerar a insurreição de 35 como um putsch. De forma alguma. É certo que se deu precipitadamente: mas não como um golpe de cúpula, nem teve natureza exclusivamente militar; surgiu no quadro de um movimento de massas, amplo, democrático, antiimperialista. O Partido, porém, confiava numa vitória fácil, não levando em conta a realidade, a correlação de forças desfavorável e a própria época imperialista. Pelo menos, desconhecia que já em 1902, quando era marxista, Kautsky dissera que, na época imperialista emergente, 'a futura revolução (...) se assemelhará menos a uma insurreição de surpresa contra o governo do que a uma guerra civil prolongada'. Lênin em janeiro de 1917, endossou firmemente essa opinião.

O Partido, imbuído de concepções 'tenentistas' e fiando-se principalmente no apoio dos quartéis, subestimou a conquista das massas para a insurreição. Mas baseando-se estritamente nos levantes de quartel, o movimento revolucionário não pode triunfar. A afirmativa de que esse método de luta é de 'sabor tipicamente comunista', constitui uma sandice. Na realidade, tem sido um procedimento burguês e pequeno-burguês. Leva as massas à passividade, não reconhece a necessidade de sua participação ativa na luta, feita quase sempre à sua revelia. No entanto, os levantes de quartel, como expressão do poderoso ascenso do movimento de massas, da insurreição popular, proletária, contribuem para a desagregação das tropas inimigas, para a organização do exército revolucionário.

A importância extraordinária da insurreição de 35 reside no fato de que pela primeira vez situou em forma concreta, em termos práticos, para os militantes comunistas e as forças populares, a tarefa da preparação e do desencadeamento da luta armada. Por isso, nosso Partido, procurando generalizar essa magnífica experiência e outras já vividas nesse terreno pelo povo brasileiro, e à luz dos ensinamentos do marxismo-leninismo, concluiu que o método provado para alcançar o triunfo é o da guerra popular, da guerra revolucionária das massas. Com base nessa concepção, o Partido orienta seu esforço, preparando-se para a luta armada. Só assim, estará em condições de realizar, junto com as massas e na devida oportunidade, ações de envergadura, capazes de vencer a violência das forças contra-revolucionárias.

* * *

Passaram-se quatro décadas da gloriosa insurreição de 1935. Embora não seja, do ponto de vista da história universal, um período longo, está cheio de acontecimentos de enorme alcance. No mundo e em nosso país ocorreram consideráveis modificações. Posto que a insurreição nacional-libertadora não tivesse enterrado o Brasil da reação e do imperialismo, abalou-o profundamente. Marcou uma etapa relevante. Nela foram postulados pela primeira vez e de maneira nova os problemas essenciais da revolução brasileira, na fase atual, melhor caracterizadas suas forças motrizes e seus inimigos fundamentais, indicado o caminho da frente-única e o da luta armada, bem como revelada a fisionomia do seu verdadeiro dirigente, o proletariado revolucionário, guiado pelo Partido Comunista do Brasil. Nos embates encarniçados de 35, as forças populares compreenderam ainda mais que só a luta revolucionária educa as massas, forja seu ânimo combativo, abre-lhes maior visão da realidade e indica-lhes a medida de suas próprias forças.

Faz onze anos que a ditadura militar-fascista procura esmagar a resistência popular, varrer o fantasma da revolução democrática, antiimperialista, que ela acusa de comunista. Mas, ao contrário do que pretendem os generais, a revolução amadurece. Cresce na consciência dos patriotas e dos democratas a convicção de que as questões determinantes do movimento de 1935 precisam ser resolvidas. Sob o regime dos generais, o país tornou-se mais dependente, mais endividado, mais aviltado que em qualquer outra época de sua vida nacional. Seu povo está mais pobre e oprimido. Impõe-se, portanto, fazer a revolução, através da ação unida das massas e de amplas forças políticas, e recorrendo ao caminho da guerra popular. Esta verdade vai-se apoderando da mente e dos corações da maioria da nação, como ficou evidente nas combativas manifestações de 1968 e em outras ocasiões. Apesar do repúdio maciço do povo, do que foi testemunho o pleito eleitoral de 1974, os generais se obstinam em permanecer no Poder, despoticamente. Não têm condições nem querem satisfazer os reclamos de anistia, de abolição dos atos institucionais e das leis de exceção. Por isso respondem com a escalada repressiva, prendendo, torturando e matando patriotas e democratas. Nestas circunstâncias, o exemplo da resistência corajosa dos lavradores e dos patriotas do Araguaia deve ser secundado. Eles formaram os primeiros destacamentos guerrilheiros no campo e revivem, em nível